

Documentos da Odebrecht confundem CPI

*Petistas criticam
Mercadante por ter
pedido garantias a
ministros militares*

JOÃO DOMINGOS
e ELZA PIRES

BRASÍLIA — O medo que tomou conta do Congresso quarta-feira transformou-se ontem em confusão. Deputados e senadores não conseguiam ter dimensão da gravidade dos documentos apreendidos na casa do diretor da Odebrecht Ailton Reis. A anunciada lista de cerca de cem parlamentares que teriam envolvimento com empreiteiras foi reduzida para quatro ou cinco novos suspeitos; integrantes de três subcomissões da CPI do Orçamento passaram a noite examinando os 40 quilos de documentos e concluíram que foi exagerado o barulho feito na véspera pelo deputado Aloízio Mercadante (PT-SP) e pelo senador José Paulo Bisol (PSB-RS), que chegaram a alertar sobre o risco de ameaça às instituições. Mas nem todos os dados descobertos pela CPI foram divulgados (leia reportagem na página 6).

“Chegar ao ponto de envolver o presidente da República e o ministro do Exército nesta questão foi um erro”, disse logo de manhã o deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), com os olhos vermelhos, resultado de uma noite dedicada ao exame dos documentos da Odebrecht. Vivaldo afirmou que entre a papelada não há nenhum documento com timbre oficial da empresa nem assinatura dos diretores. E criticou principalmente a atitude de Mercadante, que visitou o ministro do Exército, Zenildo Zoroastro, para pedir que garantisse a continuidade das investigações.

Mercadante foi criticado também por companheiros de partido. O deputado Paulo Delgado (PT-MG) foi à tribuna da Câmara fazer comparação entre o gesto do correligionário e atitudes do ex-presidente do Chile Salvador Allende, que recorria frequentemente aos conselhos do general Augusto Pinochet. Segundo Delgado, cansado de tanto aconselhar, Pinochet optou por dar um golpe de Estado, aparentemente orientado por este pensamento: “Se estou governando de longe, por que não assumir logo o poder?”

O presidente da CPI do Orçamento, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), procurou diminuir o impacto do documento divulgado por Bisol logo de manhã. “Conversei com o líder do governo, Pedro Simon (PMDB-RS), e ele me garantiu que o presidente Itamar Franco nunca falou em fujimorização, como chegou a ser divulgado” — os parlamentares referem-se ao termo “fujimorização” toda vez que surge a especulação de que o presidente poderia fechar o Congresso, como fez o presidente do Peru, Alberto Fujimori.

Passarinho disse que o número de cem parlamentares, que chegou a ser especulado a partir das informações dadas por Bisol e Mercadante, sempre foi exagerado. “Por volta da meia-noite de ontem fui informado de que este número era muito menor”, afirmou o senador. Mas ele considerou o documento valioso, porque, pela primeira vez, chegou-se à estrutura usada pela corrupção, a partir das empreiteiras.

José Paulo Lacerda/AE



Magalhães “fez questão” de não tomar conhecimento do material